

Plano Nacional de Saúde

Ministério apresenta proposta preliminar para apreciação do CNS

O primeiro passo para a efetivação de um plano nacional de saúde foi dado com a apresentação de uma proposta preliminar ao Conselho Nacional de Saúde pelo subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Valcler Fernandes. O que o subsecretá-

rio chamou de “pré-proposta” ainda deverá sofrer adaptações para adequar o texto final ao relatório da 12.ª Conferência Nacional de Saúde, além de inserir as contribuições dos conselheiros e das oficinas regionais a serem realizadas em todo o País.

“Desde a criação do SUS, é a primeira vez que estamos fazendo um plano nacional de saúde. Não é um documento para ficar na gaveta, deve ser um instrumento de gestão do SUS”, declarou Valcler Fernandes. Os planos de saúde explicitam as intenções

políticas, estratégias, prioridades e devem conter as metas nacionais e regionais de saúde. Também são o alicerce para as propostas orçamentárias, incluindo a formulação do PPA.

Para elaborar essa proposta, a Secretaria de Planeja-

mento e Orçamento teve por base a legislação existente e estabeleceu alguns conceitos e diretrizes até preparar uma proposta que abrangesse os próximos quatro anos de governo. Como nenhum plano é estático, deve ser revisto periodicamente.

Amigão da Saúde

Parceria na promoção da educação e saúde

A apresentação da cartilha *Amigão da Saúde* na reunião de março do Conselho Nacional de Saúde transformou-se num momento histórico, com a presença de dois ministros de Estado: Humberto Costa, da Saúde; e Tarso Genro, da Educação. Em mais uma parceria entre os dois setores, a cartilha consistia inicialmente em um dos materiais temáticos de apoio do projeto *Amigos da Escola*, que agora será ampliado para todos os municípios por meio das secretarias de Saúde.

O ministro Humberto Costa destacou a importância dos temas abordados na cartilha, tais como água, alimentação, sexo, drogas, acidentes, hanseníase, dengue, vacinas e paz. Tudo com fundamentação científica e linguagem acessível a educadores, profissionais de saúde e alunos, possibilitando a difusão de informações sobre educação em saúde, que poderá produ-

zir um impacto significativo nos indicadores de saúde do País.

O ministro da Educação, Tarso Genro, demonstrou sua satisfação em participar da reunião do CNS que, na sua opinião, é a única instância de controle social do País. A seguir, fez um resumo do processo de reforma de ensino no Brasil encaminhada pelo MEC.

A cartilha foi lançada oficialmente em outubro de 2003, em uma parceria entre Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Organização Pan-Americana da Saúde, Morhan (Movimento de Reintegração da Pessoa Atingida pela Hanseníase), Rede Globo, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Ciência Hoje. Com a adesão do Ministério da Saúde ao projeto, a intenção é fazer uma nova



Foto: João Brasil

Ministros da Saúde e da Educação lançam a cartilha Amigão da Saúde

edição, de 30 mil exemplares, a ser distribuída para todas as secretarias de Saúde.

Além dos ministros da Educação e da Saúde, participaram da solenidade o presidente do Morhan, Artur Cus-

tódio; o cantor e voluntário do Morhan, Ney Matogrosso; o diretor-administrativo da Rede Globo em Brasília, Mauro Cirilo; a presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara

dos Deputados, deputada Ângela Guadagnin; o secretário-executivo da Fundação Nacional do Câncer de Pele, Sérgio Alves; e o representante do Morhan, Cristiano Torres.

Conferências

A data da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi transferida para 25 a 28 de julho. A de Saúde Bucal permanece de 1.º a 4 de julho.

Página 2

Pareceres

Os projetos de lei que criam o Código de Defesa do Usuário e os Conselhos Gestores tiveram pareceres favoráveis do plenário do CNS, com algumas considerações.

Páginas 3

Comissões

As linhas gerais do novo formato das comissões e grupos de trabalho do CNS foram aprovadas pelo plenário na reunião de abril.

Página 3

HumanizaSUS

A nova política de humanização da atenção e gestão do SUS foi apresentada aos conselheiros pela coordenadora nacional Regina Benevides.

Página 4

Saúde Indígena

O presidente da Funasa Valdi Camarcio afirma que garantir o acesso da população indígena aos serviços de saúde é a meta do atual governo.

Página 4

Conferências Nacionais Temáticas

Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde é adiada para final de julho

Atendendo à solicitação da Comissão Organizadora, o plenário do CNS adiou para 25 a 28 de julho a realização da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. As datas das etapas municipais foram mantidas para as Conferências de Saúde Bucal e de Ciência e Tecnologia, e a etapa nacional da Saúde Bucal continua a ser de 1.º a 4 de julho.

Os documentos base para as conferências nacionais de Saúde Bucal e de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, assim como os regimentos e regulamentos, estão disponíveis na página do Conselho Nacional de Saúde:

<http://conselho.saude.gov.br>

CONFERÊNCIAS REGIONAIS

As duas conferências serão realizadas em três etapas: municipais, estaduais e nacional. Para os municípios que não conseguirem realizar a conferência municipal, o CNS aprovou a realização, de forma extraordinária, de conferências regionais. Essas conferências serão coordenadas pelos conselhos estaduais, com o acompanhamento da



Foto: João Brasil

Comissões organizadoras das Conferências Temáticas apresentam propostas para apreciação do CNS

Comissão de Mobilização e Articulação.

Para os municípios que realizarem somente as conferências regionais, o número

de delegados para a conferência estadual corresponderá a 50% do número a que teria direito se realizasse a conferência municipal. Para

definir quantos delegados teriam direito, será utilizado como base os Planos de Regionalização dos Estados. O município, para se

credenciar na conferência regional, terá de indicar, de forma paritária, o dobro do número de Conselheiros de Conselhos Municipais.

Editorial

Por um ensino de qualidade

Um ensino de qualidade é fundamental na formação do profissional competente e ético. A abertura descontrolada dos cursos na área de saúde preocupa por não ser possível fazer o acompanhamento do tipo de profissional que está sendo formado. No setor Saúde, por lidar com a vida humana, esse controle mínimo é vital.

O indicativo de suspensão da abertura de novos cursos na área da saúde pelo Conselho Nacional de Saúde surgiu dessa preocupação. Não se pensou em decretar moratória, mas em dar um tempo para se avaliar o ensino que está sendo oferecido pelas faculdades e, a partir desse estudo, aprovar regras claras para autorização de abertura de novos cursos.

O ministro da Saúde,

Humberto Costa, já falou na reunião do CNS da necessidade de se repensar a formação profissional vigente, a partir do novo modelo de atenção e assistência, formando profissionais capazes de resolver os atuais problemas da população brasileira.

Outro problema detectado é a falta de profissionais em algumas regiões do País e a concentração dos cursos em alguns locais. Uma das propostas que está sendo debatida é a de serviço civil, pelo qual as pessoas formadas pelas universidades públicas devem retribuir trabalhando nas localidades onde não há profissionais e nos assentamentos e quilombos por um determinado período.

Essas questões vêm sendo debatidas nas reuniões do CNS e na sua Comissão

Intersetorial de Recursos Humanos (CIRH) já há algum tempo, em busca de uma proposta. O Ministério da Saúde tem apoiado esse trabalho, especialmente com a elaboração de um estudo sobre os cursos de saúde existentes, solicitado pelo Conselho Nacional de Saúde.

Obviamente, essas propostas englobam vários setores que deverão estar envolvidos no aperfeiçoamento de uma proposta conjunta. O Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o CNS e o Conselho Nacional de Educação têm de estar unidos no objetivo comum de tornar os cursos de graduação e pós-graduação cada vez mais próximos dos cidadãos, de seus problemas e apontando soluções.

	Dia	Atividades
CALENDRÁRIO MAIO	03	• Reunião da Comissão Organizadora e Executiva da 3.ª Conferência Nacional de Saúde Bucal (CNSB)
	04	• Comissão Intersetorial de Saúde Mental • Reunião da Comissão Organizadora e Executiva da 3.ª CNSB • Reunião do Grupo de Trabalho DST/ Aids • Reunião da COFIN
	05	• Plenária CNS
	06	• Plenária CNS
	10	• Reunião das Comissões Especiais da 3.ª CNSB: Infra-Estrutura e de Comunicação
	12	• Plenária Nacional Extraordinária de Conselhos de Saúde
	13	• Plenária Nacional Extraordinária de Conselhos de Saúde
	14	• Reunião das Comissões Especiais da 3.ª CNSB: Articulação e Mobilização
	20	• Reunião da Comissão de Infra-Estrutura da 2.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (CNCTIS)

Suspensão de novos cursos é prorrogada por mais 180 dias

MINISTRO HUMBERTO COSTA

Em seu discurso aos conselheiros, o ministro Humberto Costa destacou a elaboração do Plano Nacional de Saúde, que deve ser uma referência para estados e municípios e uma oportunidade para vislumbrar mais à frente na melhoria do sistema.

A seguir, falou sobre o lançamento nacional do Serviço Ambulatorial Médico de Urgência (Samu), atendimento pré-hospitalar em domicílio. De acordo com o ministro, esse serviço deverá ser implantado em 1.500 municípios e, onde já existe, haverá a renovação da frota. Serão adquiridas 1.480 ambulâncias e firmados convênios com a Polícia Rodoviária e com o Ministério da Defesa para ampliar o atendimento.

O Ministro também citou a expansão do Programa Nacional de Saúde Bucal, a farmácia popular e o Qualisus, programa que busca maior qualidade no atendimento. Outro ponto foi o combate a doenças como tuberculose e hanseníase, buscando envolver os estados e municípios nessa luta.

RESOLUÇÕES 324 E 336, DO CNS

O coordenador do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, Ricardo Burg Ceccin, e a coordenadora da Área Estratégica do Departamento de Gestão e Educação em Saúde, Laura C.

M. Feuerwerker, apresentaram os resultados do estudo do Ministério da Saúde sobre os cursos de saúde em funcionamento. Após a apresentação, o plenário do CNS aprovou novo indicativo de suspensão por até 180 dias, a partir de março, para que seja feita uma proposta de critérios para abertura de novos cursos de graduação na área da saúde.

RELATÓRIO DA 12.^a CONFERÊNCIA

Para agilizar a conclusão e divulgação do relatório da 12.^a Conferência Nacional de Saúde, os conselheiros deliberaram que a revisão final seja feita conjuntamente pela Secretaria-Executiva do CNS e Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde. Ao ser finalizado, o relatório irá para aprovação do plenário do CNS e só então será encaminhado para os estados para apreciação dos delegados presentes à 12.^a Conferência Nacional de Saúde.

CÓDIGO DOS USUÁRIOS

O Projeto de Lei 20/2003,

do deputado Roberto Gouveia, que cria o Código Nacional dos Usuários das Ações e Serviços de Saúde, teve parecer favorável do grupo de trabalho criado pelo CNS para estudá-lo. Os conselheiros aprovaram o parecer, apresentando algumas sugestões a serem encaminhadas ao deputado Roberto Gouveia para serem incluídas no projeto. O parecer está disponível na página do Conselho: <http://conselho.saude.gov.br>. A íntegra do projeto de lei pode ser encontrada na página da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br.

CONSELHO GESTOR

O grupo de trabalho criado

pelo CNS apresentou parecer favorável ao Projeto de Lei 197/2003, que dispõe sobre a organização dos Conselhos Gestores nas Unidades do Sistema Único de Saúde, aprovado por unanimidade no plenário do CNS. Entretanto, o conselheiro Olympio Corrêa, representante dos prestadores de serviço, apresentou um parecer jurídico apontando a inconstitucionalidade da proposta. O plenário do CNS deliberou por enviar os dois pareceres ao relator do projeto. Veja a íntegra do projeto na página www.camara.gov.br e o parecer na página do CNS na internet.

COMISSÕES INTERSETORIAIS

Como resultado do seminário de reorganização das comissões e grupos de trabalho, o plenário do CNS aprovou uma proposta de dividi-las em frentes: Comissão de Promoção à Saúde, Comissão de Articulação, Informação e Controle Social e Comissões criadas pela Lei 8.080/90. O CNS aprovou a criação de um grupo de trabalho que regulamentará o

funcionamento dessas comissões e apresentará proposta na plenária do CNS nos dias 5 e 6 de maio.

A seguir, aprovou recomendação da Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase de propor ao Ministério da Saúde que as instituições e entidades que a compõem integrem o comitê que será instalado pelo Ministério. Esse comitê terá a função de monitorar e avaliar o processo de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública no Brasil até o ano de 2005.

PLENÁRIA NACIONAL DOS CONSELHOS DE SAÚDE

A Plenária Nacional dos Conselhos de Saúde, programada para os dias 12 e 13 de maio, em Brasília, foi tema de debate na reunião do CNS. A proposta é que no dia 12 de maio haja um amplo debate sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que fixa percentuais mínimos a serem aplicados na saúde, e como envolver os estados na luta pela sua regulamentação. No dia 13 de maio, os conselheiros aprovaram como pauta o debate da organização e funcionamento da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde.

Nos dias 5 e 6 de maio, também será encaminhado aos conselhos estaduais cópia do substitutivo do deputado Guilherme Menezes para subsidiar as discussões.



Cerimônia de lançamento da cartilha Amigão da Saúde na reunião do CNS

Foto: João Brasil



Foto: João Brasil

Conselheiros Nacionais na 140.^a reunião, realizada no auditório do Ministério da Saúde

Política Nacional de Saúde Indígena

Nova política busca garantir acesso da população indígena aos serviços de saúde

O presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Valdi Camarcio Bezerra, apresentou ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde, no dia 15 de abril, a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. A proposta foi formulada pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde, e teve a participação da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena do CNS, de organizações e lideranças indígenas, universidades, ONGs, secretarias municipais e estaduais de Saúde, dos Conselhos Distritais de Saúde Indígenas e também de trabalhadores da saúde em áreas indígenas.

Segundo o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o acesso aos serviços de saúde nas diversas regiões do País é a meta a ser conquistada nessa política. “Precisamos avançar nas ações de



Presidente da Funasa apresenta Política Nacional de Saúde Indígena ao CNS

saúde para os povos indígenas. A proposta atende às reivindicações das Conferências de Saúde Indígena, que sempre propuseram que a responsabilidade pela gestão da saúde indígena é do Ministério

da Saúde”, declarou Valdi Camarcio.

Foi apresentada a Portaria n.º 70, de janeiro de 2004, que regulamenta essas ações e coloca toda a estrutura da Funasa responsável pela

gestão dos serviços de saúde. As Coordenações Regionais têm a responsabilidade de coordenar e articular, em seu estado, as execuções das ações de saúde indígena.

Uma ação proposta pela

Funasa foi a criação das comissões técnicas de saúde indígena nos Conselhos Estaduais de Saúde e pediu apoio ao funcionamento dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena.

Para os representantes de Conselhos Distritais, Wilson Jesus de Souza e Clovis Ambrózio, presentes na reunião, há grande expectativa em torno dessa política, pois é a primeira vez que o governo apresenta uma proposta que vem ao encontro dos anseios da população indígena. Até então, não existia uma política setorial no SUS que atendesse às necessidades dos povos indígenas e que fosse comprometida com o acesso adequado às ações de saúde. Essa lacuna vem impossibilitando o exercício da cidadania e a garantia das diretrizes estabelecidas na Constituição no que diz respeito ao atendimento de saúde diferenciado para os índios.

Política Nacional de Humanização

Política reúne programas de humanização da atenção e gestão do SUS para melhoria do atendimento

O Brasil é um dos poucos países que oferece um sistema de saúde universal e integral para todos os seus cidadãos e, por isso, tornou-se referência para outros governos de como pode ser um sistema público com essas diretrizes. Criado há quase 15 anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) apresentou inúmeros avanços, mas é preciso implantar mudanças urgentes para garantir um atendimento de qualidade a todos os brasileiros.

A principal mudança que o Ministério da Saúde propõe é a Política Nacional de Humanização da atenção e gestão no SUS. A proposta foi apresentada aos conselheiros nacionais

pela coordenadora do Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, Regina Benevides, a qual afirma que para a efetivação do programa deve-se envolver todos os sujei-

tos implicados na produção da saúde: usuários, trabalhadores e gestores. A política pensada unifica todos os programas e projetos comprometidos com a huma-

nização em todas as instâncias e deve ser debatido por todos os segmentos a fim de tornar a humanização uma política pública de saúde, não apenas um programa.

Segundo Regina Benevides, a Política Nacional de Humanização trabalha para consolidar quatro pontos específicos:

- Serão reduzidos as filas

e o tempo de espera com ampliação do acesso e atendimento acolhedor e resolutivo baseados em critérios de risco.

- Todo usuário do SUS

saberá quem são os profissionais que cuidam de sua saúde e os serviços de saúde se responsabilizarão por sua referência territorial.

- As unidades de saúde

garantirão as informações ao usuário, o acompanhamento de pessoas de sua rede social (de livre escolha) e os direitos do código dos usuários do SUS.

- As unidades de saúde garantirão gestão participativa aos seus trabalhadores e usuários, assim como educação permanente aos trabalhadores.

Os conselheiros nacionais elogiaram a iniciativa e apresentaram algumas sugestões, especialmente os representantes dos trabalhadores. Afinal, esse segmento será um dos principais condutores dessa política, por ser quem atende e trabalha diretamente com os usuários.



BOLETIM DO CONSELHO

Publicação mensal do Conselho Nacional de Saúde, Ano 5, n.º 36, março/abril 2004, ISSN 1679-2610 – Jornalista Responsável: Sílvia Alves (Reg. Prof. 2030/DF) – Tiragem 12.000 exemplares.

EDIÇÃO

Conselho Nacional de Saúde, Secretaria-Executiva, Equipe de Comunicação – Projeto Gráfico: Fabiano Bastos e Sérgio Ferreira – Editoração: Marcus Monici – Revisão: Mara Pamplona e Denise Carnib – Impressão, Acabamento e Distribuição: Editora MS.

INFORMAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1.º andar, Sala 109 B CEP: 70058-900 – Brasília, DF – Fones: (61) 315-2560, 315-2150, 315-2151, 315-3623 – Faxes: (61) 315-2414, 315-2472 E-mail: cns@saude.gov.br Home page: <http://conselho.saude.gov.br>

PRODUÇÃO

Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE/MS – Endereço: SIA, Trecho 4, Lotes 540/610, Brasília-DF – CEP: 71200-040 – Fone: (61)233-1774 Fax: (61) 233-9558 E-mail: editora.ms@saude.gov.br



Conselho Nacional de Saúde

Ministério da Saúde

